

**SIMPÓSIO MERCADOS DE PROTEÇÃO E GOVERNANÇA DA  
SEGURANÇA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

**12 a 14 de junho de 2019**

**GT4: Violência, Criminalidade e Segurança Pública**

**Redes que matam:  
Análise de Redes Sociais (ARS) para o estudo de homicídios**

**Anderson Alexandre Ferreira**

Universidade Estadual de Londrina – Mestre em Ciências Sociais

**Cleber da Silva Lopes**

Universidade Estadual de Londrina – Doutor em Ciência Política

## **Redes que matam: Análise de Redes Sociais (ARS) para o estudo de homicídios**

Anderson Alexandre Ferreira<sup>1</sup>  
Cleber da Silva Lopes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo traz para o debate a possibilidade de fomentar uma agenda de pesquisa sobre redes de homicídios em município de médio porte no norte paranaense. Os homicídios são um grave problema enfrentado no Brasil e, apesar do avanço de estudos de orientação qualitativa, os estudos que visam se aprofundar nas dinâmicas existentes entre atores e vítimas ainda são relativamente raros. O Município de Cambé, no norte paranaense, a partir do ano de 2001 apresentou um crescimento considerável em suas taxas de homicídios. Os dados revelam que Cambé/PR apresenta um cenário equivalente, em questão de perfil social, a grandes metrópoles brasileiras. Através da técnica da Análise de Redes Sociais (ARS), aglutinado a estudos etnográficos já realizados, busca-se uma proposta de agenda de pesquisa que contemple estudos sobre violência, crime e segurança em linha com os debates e avanços teóricos e metodológicos mais recentes das ciências sociais e da criminologia mundial.

**Palavras-chave:** Homicídios; Gangues; Criminalidade; Análise de Redes Sociais; Cambé/PR.

### **Introdução**

Há quase quatro décadas no Brasil os índices de violência e criminalidade se propagam ao sabor de intensas transformações demográficas e sociais (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007). Já no início da década de 1990 Zaluar (1994) alertava para que os pesquisadores não se enganassem em achar que “manifestações incontroláveis de violência” fossem fenômenos particulares das grandes metrópoles. A referida antropóloga chamou tais manifestações de “guerra”. Segundo Zaluar, essa guerra ocorre, sobretudo, entre indivíduos de um segmento muito específico da população: “jovens pobres e negros ou mestiços que se matam entre si”. Porém, o mais correto seria pluralizar o fenômeno, posto que, na realidade, são guerras. Como constatado por Rocha (2012, p. 12), quase duas décadas após as observações de Zaluar, os jovens implicados nessas dinâmicas participam de várias guerras, envolvem-se em “uma multiplicidade de conflitos que se entrelaçam pelas causas mais variadas e distintas”.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestre em Ciências Sociais; [anderson@refugio.org.br](mailto:anderson@refugio.org.br);

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina (UEL); Doutor em Ciência Política; [cleber1lopes@hotmail.com](mailto:cleber1lopes@hotmail.com);

Neste artigo, busca-se uma proposta de agenda de pesquisa que contemple o fenômeno dos homicídios em município de médio porte com a Análise de Redes Sociais (ARS). O município é Cambé, situado no norte paranaense, cujos índices de homicídio aumentaram significativamente a partir dos anos de 2001. A principal hipótese sustenta que este aumento no número de mortes se explica pelos conflitos entre as chamadas “bancas”; grupos de aproximadamente trinta membros, jovens, do gênero masculino, territorialmente organizados e que se entrelaçam em diversos conflitos armados, cujo desfecho é a morte (FERREIRA, 2018).

Nesta perspectiva a ARS se apresenta como metodologia para analisar redes sociais, definidas como um conjunto de atores sociais conectados por laços de algum tipo; neste caso as redes escuras (dark network) como proposta metodológica para compreender as relações existentes entre as “bancas” de jovens cambeenses.

### **Estruturas do fenômeno da violência urbana: os homicídios**

Hoje, o que se entende por “violência” é resultado de um processo histórico, cujos significados são múltiplos, socialmente construídos (ELIAS, 1994; MISSE, 2006; PINKER, 2013; SOARES, 2008). No final do século XVIII e início do XIX houve até pensadores que sustentavam a teoria de um dito “mito do passado pacífico”, atribuindo o “aumento” do fenômeno da violência ao processo de urbanização e industrialização. Teoria esta, segundo Soares (2008), evidentemente política e ideológica. Os primeiros resultados confiáveis sobre a assim chamada “história quantitativa da violência” apontaram para um decréscimo da violência, em geral, e o dos homicídios, em particular. Pinker (2013) atribui o declínio histórico da violência ao que chamou de “processo de pacificação”; transição de sociedades *sem Estado* para sociedade *com Estado*. Segundo o autor, “viver na civilização reduz em cinco vezes as chances de uma pessoa ser vítima de violência” (2013, p. 93). Outra perspectiva teórica que sustenta a hipótese do declínio histórico da violência é a de Norbert Elias (1994), a saber, o processo civilizatório. A perspectiva elisiana perpassa pela compreensão de mudanças históricas, sociais e psíquicas no comportamento e nos sentimentos dos indivíduos, modelando-os e direcionando-os, através de um conjunto de eventos, a uma personalidade civilizadora (*autocontrole*) e que, por consequência, determina uma nova ordem social.

Tanto o *processo de pacificação* (PINKER, 2013) como o *processo civilizatório* (ELIAS, 1994) são teorias que, com excelência, revelam o fenômeno histórico ocorrido em parte da Europa e em outras partes do mundo no tocante ao declínio da violência, apresentando reduções das taxas de violência, em geral, e dos homicídios, em particular. No entanto, este mesmo fenômeno não é regra para todas as regiões do mundo, ao contrário, segundo Pinker (2013), a relação entre crime e processo de democratização é a hipótese para países emergentes ou em processo semidemocráticos sustentarem cenários com altos índices de violência e homicídio, processo chamado pelo autor de *descivilizador*. A América Latina é exemplo deste *processo descivilizador*. Segundo Soares (2008), a partir da década de 1960 alguns países latino-americanos passaram a apresentar altas taxas de homicídio, ainda que se leve em consideração a limitação dos dados.

No caso do Brasil pesquisas, sobretudo de orientação quantitativa, apontam para um crescimento linear da criminalidade urbana e da violência a partir da década de 1980 (BEATO FILHO; MARINHO, 2007; CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007; SOARES, 2008; SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO, 2007). Criminalidade urbana e violência são fatores que se completam e juntas compõem o que se entende por *violência urbana*, resultado de uma multiplicidade de eventos vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles e que reúne características e motivações das mais distintas (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007; MISSE, 2006; ZILLI; BEATO FILHO, 2015). A principal hipótese sustenta que a propagação de intensas transformações demográficas e sociais e a falência do sistema de justiça são condições estruturais que criaram o cenário ideal para o crescimento deste fenômeno (no caso da criminalidade em alguma medida até “organizada”): espaços urbanos complexos; grupos juvenis armados e entrelaçados em uma multiplicidade de conflitos; difusão e descontrole dos elementos que potencializam a criminalidade, como, arma de fogo, drogas e bebida alcoólica; como também a perspectiva de impunidade (SOARES, 2008; SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO, 2007).

A gravidade do problema da violência urbana nas últimas décadas é percebida no país pela elevada taxa de homicídio, fazendo-nos ocupar a primeira posição, em 2015, no ranking mundial de homicídios em números absolutos (CERQUEIRA et al., 2017). O homicídio, diferente de outros tipos de crime e violência, é variável de confiabilidade para medir a gravidade do problema da violência urbana, uma vez que o corpo da vítima é a materialidade do crime.

Também, nenhuma pessoa pode ser sepultada, no caso de crime de homicídio, sem um laudo pericial cadavérico, que alimenta um bando de dados oficial e público, a saber, o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Isto possibilita, com relativo grau de confiabilidade, a produção estatística de mortes por causa extrema (BORGES et al., 2013; CERQUEIRA, 2012; SOARES, 2000).

Na medida em que o SIM/MS se ajusta e melhora a qualidade das informações do banco de dados é possível, através de pesquisa qualitativa, projetar uma série histórica do fenômeno dos homicídios no país (SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO, 2007). O que se percebeu foi um crescimento linear dos crimes de homicídio no Brasil, cujo perfil social, ou sócio demográfico, evidência o risco a um seguimento muito específico da população: jovem, da faixa etária de 15 e 24 anos; do sexo masculino; solteiro; com grau baixo de escolaridade; oriunda de estrato social econômico inferior; e a cor/raça é identificada, em sua maioria como preta ou parda. Outros fatores estão agregados ao crime de homicídio: a utilização de arma de fogo no desfecho do conflito; e o fato da vítima ser assassinada em via pública, a não mais que 800 metros de sua residência. O perfil social e sócio demográfico evidencia, do mesmo modo, que as vítimas deste crime estão distribuídas espacialmente nas grandes metrópoles e concentradas em locais caracterizados como áreas de vulnerabilidade social (BEATO FILHO; MARINHO, 2007; CANO; RIBEIRO, 2007; CERQUEIRA et al., 2017; GOERTZEL; KAHN, 2009; NERY; ADORNO, 2015; PERES, 2007; RATTON et al., 2011; ROCHA, 2017; SANTOS, 2007; SOARES, 2000; SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO, 2007, 2007; ZILLI, 2011; ZILLI; BEATO FILHO, 2015; ZILLI; VARGAS, 2013).

No entanto, apesar do avanço e crescimento de pesquisas na área das ciências sociais que contemplem o tema da criminalidade e da violência, o debate e a produção tem destacado, em grande medida, os padrões de vitimização letal com base em um grande volume de dados referentes a elementos sócio demográficos das vítimas e dos homicídios. De fato, pesquisas desta natureza ajudam na formulação de estratégias de enfrentamento e prevenção da escalada de violência e da vitimização de jovens, no entanto, é necessário avançar, nos atentando não apenas ao perfil de vitimização por homicídio, mas para a dinâmica de relações interpessoais estabelecidas entre estes jovens (PERES, 2007). A esse respeito, defende Rocha (2017), os estudos que visam se aprofundar nas possíveis relações

existentes entre atores e vítimas implicados em dinâmicas homicidas são ainda relativamente raros e necessitam um debate mais profundo.

### **Território, juventude, gangues e violência**

A compreensão de fenômenos de violência ou de criminalidade deve, com relativo grau de atenção, levar em consideração o ambiente em que se desenvolvem. Como observou Zilli (ZILLI, 2011, p. 26) “os atos de violência e de crime sempre são, de forma mais ou menos profunda, afetadas pelos contextos ambiental, cultural, histórico, tecnológico, institucional, legal e econômico que as envolvem”. O autor argumenta que em muitos territórios caracterizados pela falta de investimento estatal e, conseqüentemente, pela degeneração urbanística “tomam curso processos de socialização e de sociabilidade violenta, muitas vezes materializados na figura dos grupos de jovens armados e toda sua cultura machista e tradicionalista de domínio territorial e resolução privada e violenta de conflitos”.

Estudos sobre grupos de jovens armados, ou gangues, tem ocupado espaço em debates e pesquisas internacionais, sobretudo nos Estados Unidos, a longo tempo (ASBURY, 2002; HOWELL; MOORE, 2010; SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991, 1997; THRASHER, 1963). Na literatura nacional alguns estudos, sociologicamente orientados, são referências para análise de dinâmicas de violência e de conflitos entre estes grupos (DIÓGENES, 1998; MANSO, 2005; ROCHA, 2012, 2017; ROLIM, 2014; ZALUAR, 1985, 1994, 1997; ZILLI, 2011). No debate internacional os pesquisadores da Escola de Chicago, ainda no começo do século XX, inovaram na abordagem dos fenômenos urbanos ao produzirem estudos sistemáticos enfatizando a associação entre desorganização social e violência, zonas de transição e criminalidade, violência urbana e juventude (ZALUAR, 1997). Com o avanço de pesquisas, novas teorias sobre este fenômeno urbano surgiram e os jovens outrora tratados como “desviantes” passaram a adquirir status de um sistema social organizado (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1991, 1997). No caso das gangues norte-americanas pode-se afirmar que os grupos de jovens delinquentes possuem relação íntima, sobretudo com a questão étnica e migratória (HOWELL; MOORE, 2010; ZILLI, 2011).

No caso brasileiro temos um “plano de fundo” montado; ele é composto, sobretudo por dinâmicas de rivalidade e ciclos de vingança. Há aspectos

territorializados, atrativos para mercados ilícitos, e a circulação de arma de fogo predomina entre os grupos formados majoritariamente por jovens do gênero masculino. Esse “pano de fundo” é, aparentemente, comum a diversas cidades brasileiras, porém, as circunstâncias locais possuem múltiplas dinâmicas que se distinguem umas das outras. Como observa Rocha (2017, p. 29), “cada um desses contextos possui características de rivalidades individuais e grupais específicas, mas estas podem ser definidas de maneira mais ampla como relações de *reciprocidade violenta*”.

Uma das referências para se pensar as relações de reciprocidade violenta, no caso da cidade de São Paulo e da região metropolitana, é a pesquisa de Manso(2005). O estudo buscou, por meio de entrevistas mostrar as engrenagens da criminalidade, da violência e do movimento dos homicídios, como também as motivações das escolhas homicidas. Em suas análises de campo, Manso (2005) observou que rapazes do mesmo bairro tendem a se aliar uns aos outros, formando grupos para enfrentar outros grupos de bairros vizinhos cuja dinâmica de formação é a mesma. Esses grupos são chamados de “bancas”, “famílias” ou “gangues”. O estopim das rivalidades entre os grupos (assim como sua própria formação), na maioria dos casos, é o assassinato de amigos ou de parentes de membros de um dos bairros em conflito. O que produz ciclos de vingança que duram anos a fio. Para esses jovens, integrar-se a uma “banca” é se tornar parte de algo maior. Em contextos em que a violência cotidiana é marca registrada nas relações desses jovens, vincular-se a um grupo, a uma “família”, a uma “banca”, traz a sensação de segurança. Na engrenagem dos *ciclos de vinganças*, segundo Manso (2005, p. 57), “todos no meio sabem que, se forem assassinados, sua morte será vingada, e o inimigo precisa estar disposto a assumir os riscos, caso queira comprar a briga”.

### **O caso dos homicídios no município de Cambé/PR**

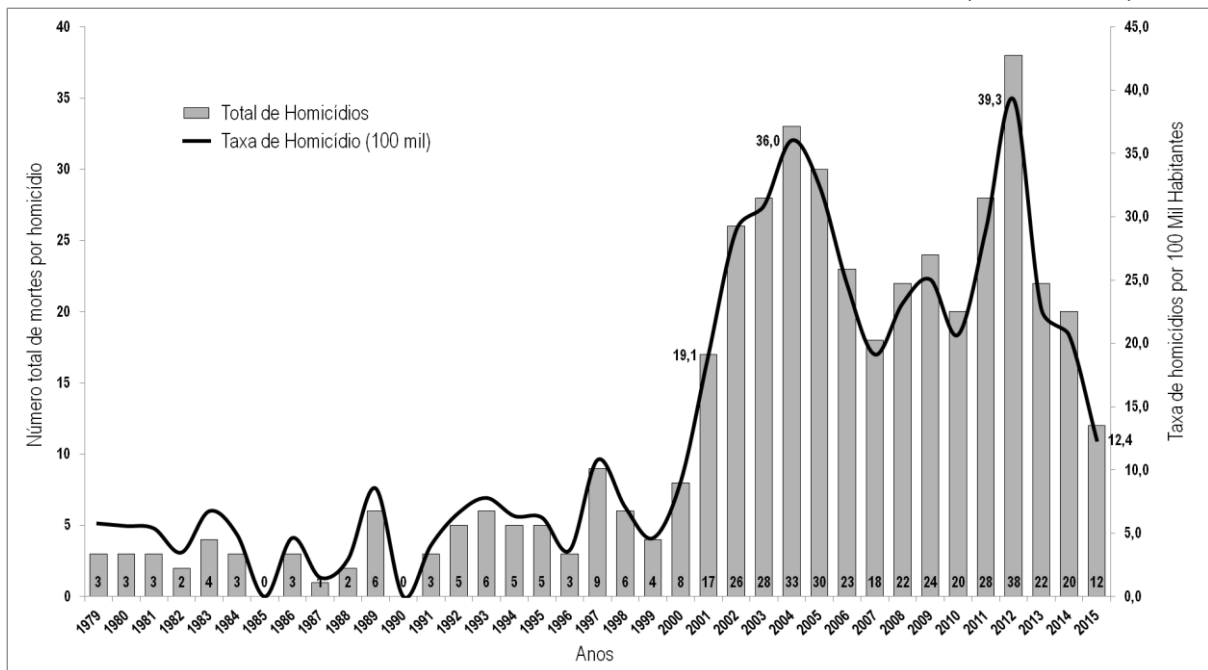
O município de Cambé, no norte paranaense, é caracterizado como um município de médio porte<sup>3</sup>, com população estimada em 105 mil habitantes. A cidade faz parte da chamada Região Metropolitana de Londrina (RML), cuja população é

---

<sup>3</sup> É caracterizado município de médio aqueles cujo número de habitantes ultrapasse os 70 mil; critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social (Ipardes).

estima em 800 mil habitantes. Entre os anos de 2004-2006 o referido município foi destaque no cenário nacional ao ocupar a segunda posição no ranking de vitimização juvenil; cálculo percentual de taxas de mortalidade entre adultos e jovens (WAISELFSZ, 2008). O fato despertou curiosidade de estudos (poucos, é bem verdade) nas áreas de ciências sociais (FERREIRA, 2017, 2018) e de saúde pública (LACHNER, 2010).

**Gráfico I – Taxa e número total de homicídios em Cambé/PR (1979-2015)**

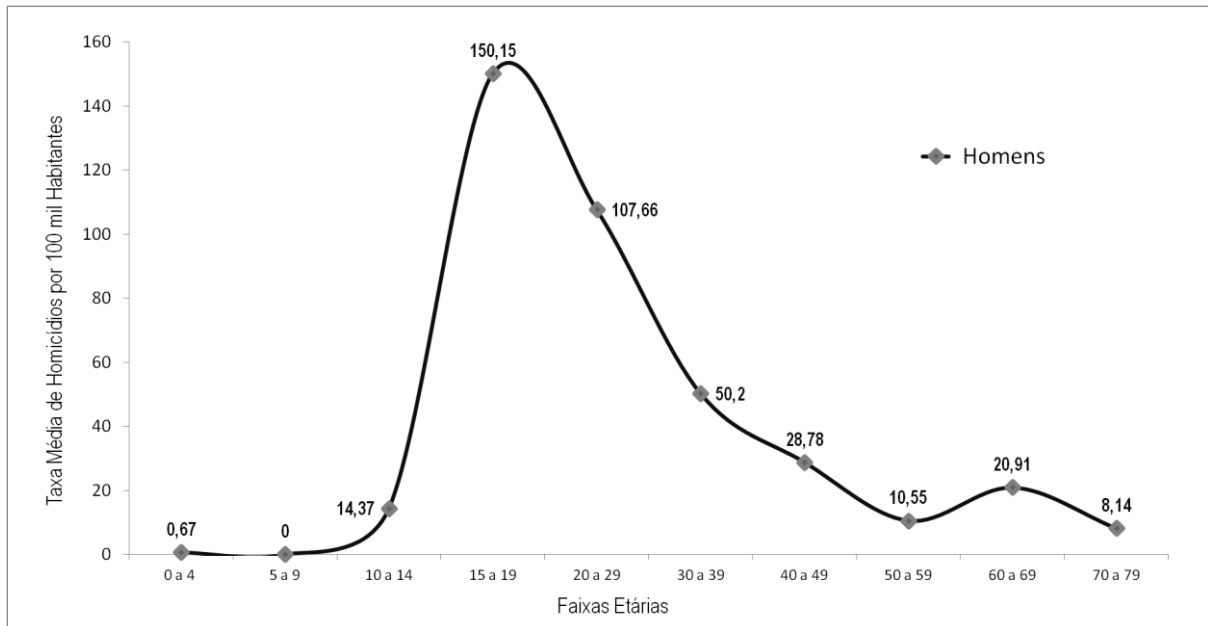


Fonte: SIM/MS, IBGE e IpardeS – elaborado a partir de Ferreira (2018, p. 39)

O Gráfico I apresenta as taxas e o número total de homicídios em Cambé/PR (em duas escalas) com um fato curioso. Até o ano de 2000 o município sustentava uma taxa abaixo dos 6 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Já a partir do ano de 2001 os homicídios apresentam um crescimento considerável se comparado aos anos anteriores. Este fenômeno valeu como questão disparadora para o estudo de Ferreira (2018) que sustentou em sua hipótese inicial que os homicídios na região norte de Cambé/PR, a partir do ano de 2001, estariam correlacionados com conflitos armados entre grupos de jovens, localmente chamados de “bancas”.



**Gráfico II** – Taxa média de mortes de homicídio por 100 mil habitantes segundo gênero masculino e idade em Cambé/PR (2001-2015)



Fonte: SIM/MS e IBGE – elaborado a partir de Ferreira (2018, p. 41)

O Gráfico II delinea o perfil padrão da vítima de homicídio no município de Cambé/PR, reforçando a hipótese inicial de Ferreira (2018); no período de agravamento dos homicídios, a partir do ano de 2001, os jovens entre 15 e 19 anos figuraram as principais vítimas. O estudo de Ferreira (2018) optou por método misto, no qual incluiu-se a etnografia, ferramenta analítica que possibilitou identificar que um número significativo dos homicídios ocorridos na região norte de Cambé/PR estavam diretamente ligados aos conflitos entre grupos juvenis armados e territorialmente organizados. Ferreira (2018, p. 82–83) define as “bancas” da seguinte maneira:

[...] grupos com aproximadamente trinta membros, sendo predominantemente jovens, do sexo masculino e moradores do mesmo bairro. A “banca” – ou “terno” – carrega o nome de um de seus membros, notadamente aquele cujo fator liderança o caracterize. Cada “banca” está situada em uma localização específica do bairro. Lá, os membros controlam o espaço, ainda que público, a seu bel-prazer. Os encontros são quase que diários, a depender do clima. As “bancas” não são necessariamente rivais e seus membros não precisam demonstrar fidelidade; alguns transitam entre vários grupos. Não há submissão, nem hierarquia e o livre arbítrio não implica fragilidade nos laços que unem os membros do grupo, pelo contrário, os laços afetivos de uma banca são fortes o suficiente, ao ponto de as decisões radicais serem tomadas em prol de um membro ou do grupo como um todo – um assassinato, por exemplo. Além das similaridades, cada “banca” possui uma identidade própria. Essa particularidade do grupo é essencial para

compreendermos, por exemplo, o processo de entrada e de aceitação de novos membros.

Ferreira (2018) mapeou em seu estudo 77 casos de homicídios, com foco na região norte do município de Cambé/PR. Nos anos entre 2001 e 2006 todos os homicídios registrados estavam diretamente ligados aos conflitos entre as chamadas “bancas”, e eram 10 destes grupos juvenis, distribuídos nos três principais bairros da região; Parque Residencial Ana Rosa, Conjunto Habitacional Roberto Conceição e Jardim Tupi. Os eventos ocorridos em Cambé/PR dialogam diretamente com os narrados por Zilli (2011) e Rocha (2012, 2017) no caso mineiro, com Manso (2005) no caso paulistano e com Rolim (2014) no caso gaúcho; apesar das peculiaridades de cada região. No caso dos conflitos entre as “bancas” da região norte de Cambé/PR, algumas mortes específicas extrapolaram para outras regiões do município. Uma hipótese a ser testada é a probabilidade dos homicídios em Cambé/PR estarem ligados em rede, que integra todas as regiões do município, quiçá cidades vizinhas, uma rede que une indivíduos e grupos em conflitos cujo desfecho é a morte.

### **Análise de redes sociais (ARS) para o estudo de homicídios**

A Análise de Redes Sociais (ARS) é um paradigma explicativo das ciências sociais formado por um conjunto de teorias, técnicas metodológicas e trabalhos de investigação empírica (SCOTT, 2017; CARRINGTON & SCOTT, 2011). Comum às várias teorias que compõem a ARS está a premissa de que a vida social é o resultado de relações e padrões resultantes dessas relações. Essas relações e padrões constituem estruturas sociais que afetam o comportamento dos indivíduos e os resultados sociais. A ARS busca assim descobrir, descrever e analisar as consequências dessas estruturas sociais. Nesse sentido, pode ser caracterizada como um paradigma explicativo das estruturas sociais relacionais ou como uma abordagem estrutural de orientação relacional (SCOTT, 2017; CARRINGTON & SCOTT, 2011; BORGATTI & LOPEZ-KIDWELL, 2011; LAZEGA & HIGGINS, 2014).

A ARS experimentou crescimento substantivo nas duas últimas décadas, especialmente na literatura internacional. A abordagem vem sendo crescentemente empregada no estudo de temas variados como a organização de

comunidades e cyber comunidades, relações de parentesco, classes sociais, apoio entre pessoas, elites corporativas, políticas públicas, ação coletiva, imigração, colaboração científica, comércio internacional, mercado de trabalho, crime e segurança (SCOTT & CARRINGTON, 2011). Entre os estudiosos do crime e da segurança a ARS tem grande potencial de aplicação e seu uso vem contribuindo para o avanço dos debates criminológicos. O paradigma relacional tem se mostrado útil para o estudo de grupos criminosos como gangues (MORSELLI, 2009, PAPPACHRISTOS, 2006; SIERRA-AREVALO & PAPPACHRISTOS, 2015; GUNNELL, HILLIER & BLAKEBOROUGH, 2016) e outros que constituem o que Raab e Milward (2003) chamaram de “redes escuras” (*dark networks*) - grupos encobertos especializados em atividades ilegais como tráfico de drogas, armas e terrorismo.

No Brasil, como atestaram Marques, Bichir e Moya (2014), houve crescimento e diversificação da produção que mobiliza ARS nos últimos 15 anos com estudos em áreas como governo e políticas públicas, sociedade civil, sociologia econômica, migração, estudos culturais, antropologia e ciência da informação. Todavia, a ARS ainda é incipiente entre nós. O primeiro manual brasileiro sobre esse paradigma voltado para cientistas sociais, por exemplo, foi publicado apenas em 2018 (HIGGINS & RIBEIRO, 2018). Na área de estudos sobre violência, crime e segurança a ARS tem sido pouco utilizada. Os trabalhos existentes sobre crime são estudos exploratórios baseados em evidências produzidas por investigações oficiais sobre o tráfico de drogas (COSTA, 2018; GALLO, 2012; MARQUES & TEIXEIRA, 2018) e “milícias” (COUTO & BEATO, 2017). Apesar do reconhecimento da importância das gangues de rua para a compreensão da violência e do crime na sociedade brasileira (BEATO & ZILLI, 2012; ROCHA, 2017; ZALUAR, 1996; ZILLI, 2011), a ARS ainda não foi usada para iluminar esse problema de pesquisa.

A partir do potencial da ARS o objetivo é compreender os conflitos de gangues que resultaram em homicídios a partir da hipótese formulada por Papachristos (2009) em seu estudo sobre gangues de Chicago. Segundo o autor, os assassinatos cometidos por membros de gangues criam uma rede institucionalizada de ação e reação e um processo epidêmico de contágio social que contribui para a elevação e persistência dos homicídios. Por um lado, os membros de gangues associam o seu status a noções de hipermasculinidade, resistência e coragem. Assim, os participantes desses grupos vivem em um ambiente social que valoriza a

ideia de honra e vê a violência como algo que confere status. Por outro, a honra coletiva aparece relacionada à coesão do grupo e sua capacidade de afastar ameaças percebidas. Ameaças externas alimentam constantemente o mito de que a gangue deve proteger seus membros, sendo também um importante fator causal para a sua formação. Nesse cenário, o assassinato entre membros de gangues pode ser interpretado como uma interação conflituosa entre grupos que ameaça o status e a posição de dominância de seus membros. Se um homicídio não for vingado, os membros da gangue perdem status e ficam fragilizados perante inimigos, que podem aproveitar a fraqueza para realizar ataques futuros. Por outro lado, a retaliação rápida e enérgica a um assassinato aumenta a solidariedade do grupo, restaura o seu status e pode colocar novamente a gangue em posição de dominância. São esses os mecanismos que, segundo Papachristos (2009), produzem redes de conflitos que difundem os homicídios no tempo e no espaço. Embora o gatilho seja puxado por indivíduos com perfis sociodemográficos específicos e motivações variadas, são as disputas relacionais para a manutenção de honra e reputação (dominância) entre gangues que explicariam a dinâmica dos homicídios.

### **Considerações finais**

O artigo pretende trazer elementos para elaborar uma agenda de pesquisa sobre redes criminosas, em especial, para o debate dos homicídios resultantes de conflitos entre jovens armados e territorialmente organizados em município do interior paranaense, longe de figurar um gigante das metrópoles brasileiras, colocando a área de estudos sobre violência, crime e segurança em linha com os debates e avanços teóricos e metodológicos mais recentes das ciências sociais e da criminologia mundial. Contemplado o projeto, a expectativa de produzir descobertas que possam ajudar na formulação de políticas públicas para aumentar ações concretas para desarticular redes estáveis de assassinatos e reduzir as elevadas taxas de homicídios existentes na sociedade brasileira.

## Referências bibliográficas.

ASBURY, H. **As gangues de Nova York: uma história informal do submundo**. São Paulo: Globo S.A., 2002.

BEATO FILHO, C. C.; MARINHO, F. C. Padrões regionais de homicídios no Brasil. In: CRUZ, M. V. G. DA; BATITUCCI, E. C. (Eds.). . **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. [s.l: s.n.]. p. 177–90.

BEATO, C. & ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27 (80), 2012. p. 71-88.

BORGES, D. et al. Mortes violentas no Brasil: uma análise do fluxo de informações. In: FUGUEIREDO, I. S. DE; NEME, C.; LIMA, C. DO S. L. (Eds.). . **Pensando a Segurança Pública - Homicídios no Brasil: Registro do fluxo de informações**. Brasília, Goiás, Brasil: SENASP/Ministério da Justiça: [s.n.]. p. 329–409.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. DA; BATITUCCI, E. C. (Eds.). . **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 51–78.

CERQUEIRA, D. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. **Economia Aplicada**, v. 16, n. 2, p. 201–235, jun. 2012.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência. **Atlas da Violência. IPEA & FBSP**. Rio de Janeiro, p. 69, 2017.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. X. DE. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M. V. G. DA; BATITUCCI, E. C. (Eds.). . **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. p. 141–176.

COSTA, A. T. M. Public Security and Policy Networks in Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, 7, 2018. p. 149-158.

DIÓGENES, G. M. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1998.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994. v. Volume I

FERREIRA, A. A. A Cor dos Homicídios no Município de Cambé (PR): análise de 2000-2015 a partir do banco de dados do SIM/MS. **Revista LEVS**, v. 20, n. 20, p. 111–137, 2017.

FERREIRA, A. A. **A dinâmica dos homicídios na região norte do município de Cambé (PR)**. Dissertação de Mestrado—Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2018.

GALLO, F. Tutorial de redes e um estudo de caso sobre redes criminais. **Revista USP**, (92), 2012. p. 74-85.

GOERTZEL, T.; KAHN, T. The Great São Paulo Homicide Drop. **Homicide Studies**, p. 398–410, nov. 2009.

GUNNELL, D.; HILLIER, J. & BLAKEBOROUGH, L. **Social Network Analysis of a Urban Street Gang Using Police Intelligence Data**. Research Report 89: Home Office. 2016.

HIGGINS, S. S; RIBEIRO, A. C. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP. 2018.

HOWELL, J.; MOORE, J. History of Street Gangs in the United States. **National Gang Center Bulletin**, 2010.

LACHNER, D. E. **Morbilidade e Mortalidade por agressão em município de médio porte do sul do Brasil**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2010.

LAZEGA, E. & HIGGINS, S. S. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço. 2014.

MANSO, B. P. **O homem x: uma reportagem sobre a alma do assassino em São Paulo**. [s.l.] Editora Record, 2005. v. 1

MARQUES, R. & TEIXEIRA, C. P. Mercados Ilegais e suas Conexões no Espírito Santo: uma análise exploratória do relatório da CPI do Narcotráfico (1990-2000). In Misse, M. & Adorno, S. **Mercados Ilegais, Violência e Criminalização**. São Paulo: Alameda. 2018.

MARQUES, E; BICHIR, R; MOYA, E. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. **Redes. Revista hispana para el análisis de redes sociales**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 85-93, may. 2014.

MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MORSELLI, C. **Inside Criminal Networks**. New York: Springer. 2009.

NERY, M. B.; ADORNO, S. O movimento da criminalidade em São Paulo: um recorte temático e bibliográfico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - BIB**, v. 76, n. 2, p. 5–32, 2015.

PAPACHRISTOS, A. V. Murder by structure: Dominance relations and the social structure of gang homicide. **American Journal of Sociology**, 115, 2009. p. 74-128.

PAPACHRISTOS, A. V. Social network analysis and gang research: Theory and methods. In J. F. Short and L. A. Hughes (Eds.), **Studying Youth Gangs**. Lanham, MD: AltaMira Press. 2006.

PERES, M. F. T. Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: CRUZ, M. V. G. DA; BATITUCCI, E. C. (Eds.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. [s.l: s.n.]. p. 125–139.

PINKER, S. **Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

RAAB, J. & MILWARD, H. Dark networks as problems. **Journal of public administration research and theory**, 13 (4), 2003. p. 413-439.

RATTON, J. L. et al. Configurações de homicídios em Recife: um estudo de caso. **Segurança, Justiça e Cidadania: O Panorama dos Homicídios no Brasil**, v. 3, n. 6, p. 73–90, 2011.

ROCHA, R. L. S. **A guerra nunca acaba: Uma análise das relações de rivalidade violenta entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2012.

ROCHA, R. L. S. **Vinganças, guerras e retaliações: Um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2017.

ROLIM, M. **A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta**. PhD Thesis—Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. **Islands in the Street: Gangs and American Urban Society**. Berkeley, CA 94720: University of California Press, 1991.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. As gangues e a estrutura da sociedade Norte-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 12, p. 11, 1997.

SANTOS, J. V. T. DOS. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M. V. G. DA; BATITUCCI, E. C. (Eds.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 11–24.

SCOTT, J. **Social Network analysis**. 4th Edition. Newbury Park, California: Sage Publications. 2017.

SCOTT, J. & CARRINGTON, P. Introduction. In *ibid*: **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**. London: SAGE Publications. 2011.

SIERRA-AREVALO, M. & PAPACHRISTOS, A. V. Social Network Analysis and Gangs. In DECKER, S. H. & PYROOZ, D. **The Handbook of Gangs**. John Wiley & Sons. 2015.

SOARES, G. A. D. **Homicídios no Brasil: vários factóides em busca de uma teoria**. Hyatt Regency Miami: Latin American Studies Association, 2000.

SOARES, G. A. D. **Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. [s.l.] FGV Editora, 2008. v. 1

SOARES, G. A. D.; BATITUCCI, E. C.; RIBEIRO, L. M. L. As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade. In: CRUZ, M. V. G. DA; BATITUCCI, E. C. (Eds.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV. [s.l.: s.n.]. p. 79–104.

THRASHER, F. **The gang: a study of 1.313 gangs in Chicago**. Chicago: The University of Chicago Press, 1963.

- WASELFISZ, J. J. Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008. p. 111, 2008.
- ZALUAR, A. M. **A Maquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, A. M. **Condomínio do diabo**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- ZALUAR, A. M. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 17–57, 1997.
- ZILLI, L. F. **“O bonde tá formado”**: Gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. [s.l.] Belo Horizonte, Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas ..., 2011.
- ZILLI, L. F.; BEATO FILHO, C. Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. Especial, p. 73–110, 2015.
- ZILLI, L. F.; VARGAS, J. D. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 621–632, 2013.